

Formas do mal-estar na sociedade contemporânea: uma reflexão sobre o lugar da clínica psicanalítica

*Forms of malaise in the contemporary society:
a reflection on the place of the psychoanalytic clinic*

*Luis Santo Schicotti**
*Paula Peixoto Vidotte***

Resumo

Este trabalho prioriza um questionamento sobre o sujeito e as incidências da cultura frente às condições do mal-estar na sociedade (pós) moderna, investigando como o indivíduo lida com os dilemas que perpassam a atualidade e como a subjetividade se inscreve e produz sentidos. Neste ínterim, refletimos sobre o lugar da clínica psicanalítica enquanto instância social legitimada, apresentando possíveis reflexões/respostas ao mal estar contemporâneo. Para tanto, consideramos a entrevista semi-estruturada qualitativa. Nossos colaboradores foram psicólogos com referencial psicanalítico e indivíduos em processo psicoterápico. A partir dos dados coletados, apontamos as contribuições da clínica à sociedade, investigando o campo onde ela se insere e as relações que estabelece com a cultura e com os indivíduos pertencentes e agenciados nos modos de manifestação do mal-estar. Constatamos que a psicoterapia tem importância capital, uma vez que propicia o recorte que permite um maior contato com a realidade. Os sujeitos em processo terapêutico têm se posicionado frente as adversidades, encontrando bem-estar nas relações e sentido na vida. A psicanálise, muito longe de desaparecer, talvez esteja prestes a vivenciar um dos momentos mais promissores de sua história.

* Mestre em Psicologia na área de Subjetividade e Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – ASSIS. Docente do curso de Psicologia das Faculdades Adamantinas Integradas – FAI. Artigo elaborado a partir de Trabalho de Conclusão de Curso, cujo resumo foi apresentado em forma de comunicação oral no V Congresso de Iniciação Científica da FAI. E-mail: luis_schicotti@uol.com.br

** Psicóloga formada pelas Faculdades Adamantinas Integradas – FAI. E-mail: paula-pvidotte@uol.com.br

Palavras-chaves: *mal-estar na cultura; sociedade contemporânea; clínica psicanalítica.*

Abstract

This work prioritizes a questioning about the subject and the incidences of cultural conditions before the malaise in (post)modern society; investigating how the individual deals with the dilemmas that pervade the present time and how subjectivity is inscribed and produces meanings. In the meantime, we ponder on the place of psychoanalytic clinic as a legitimated social instance, presenting possible reflections/responses to contemporary malaise. Therefore, we considered the semi-structured qualitative interview. Our collaborators were psychologists with psychoanalytic background, and individuals under psychotherapeutic treatment. From the collected data, we have pointed out the contributions of the clinic to society, investigating the field to which it belongs and the relationships that it establishes with the culture and the individuals belonging to and agents of the modes of the malaise manifestation. We found out that psychotherapy is of vital importance, since it provides a cross-section that allows greater contact with reality. The subjects under therapeutic treatment have took a stand in the face of the adversities, finding comfort in the relationships and meaning in life. Psychoanalysis, far from disappearing, may be about to experience one of the most promising moments of its history.

Keywords: *malaise in culture; contemporary society; psychoanalytic clinic.*

INTRODUÇÃO

Desde o princípio, é prudente salientar que abordar a contemporaneidade é assumir a responsabilidade de partir de um conceito relativo, uma vez que a pós-modernidade está inscrita no projeto moderno, destarte, os novos valores e as novas formas de configuração social se apresentam como decorrência do mesmo. No entanto, independente das divergências, inserimo-nos na aliança de autores (BAUMAN, 1999; ROUANET, 2000; VAISBERG, 2001; POIAN, 2001; KEHL, 2002; COSTA, 2005; HALL, 2005), que partilham da aceitação de um contemporâneo que inaugura uma nova maneira de sentir, pensar e agir.

Visando fundamentar nossas inquietações, optamos por traçar um panorama histórico caracterizando a subjetividade na modernidade, a “transição” da sociedade moderna para a contemporânea e a constituição do sujeito inserido neste contexto.

Consideramos a psicanálise enquanto uma “instância social”, cujas ressonâncias e modos de intervir na amenização do mal-estar, configuram uma dimensão instituinte e instituída de um saber e de uma práxis. Entendemos que as instituições definem um modo de agir e de estabelecer as condutas, como a instituição da linguagem, que regula os elementos e as leis presentes para qualquer falante ou ouvinte da língua. A psicanálise pode ser pensada enquanto uma instituição social, uma vez que, seu discurso e sua práxis estão legitimados nas relações e na atividade humana, enquanto um corpo de saberes e de produção de dispositivos que se inscrevem na clínica psicanalítica.

DISCUSSÃO

Seguimos nosso percurso analisando a modernidade, neste íterim nos deparamos com Weber, o “grande nome” deste período (apud ROUANET, 2000). De acordo com o autor, tal movimento tem seu início no século XVIII, no Ocidente, como consequência de um processo de racionalização que resultou na modernização da sociedade e da cultura. Marx e Weber estão de comum acordo ao conceberem a mudança da estrutura econômica capitalista, da organização do Estado e da cultura como responsável pela modernização da sociedade. A primeira institui a força de trabalho formal livre e os processos produtivos estruturados a partir do cálculo contábil, além da utilização técnica de conhecimentos científicos; e a segunda, um sistema tributário centralizado, baseado na permanência do poder militar, no monopólio da legislação e violência, e em uma administração burocrática racionalizada. Quanto à cultura, a modernização efetiva-se pela superação da igreja enquanto única detentora do saber e sua diferenciação da ciência, moral e da arte, ampliando as visões de mundo.

Nesta conjuntura, Freud (1927-1930), em: “O mal estar na civilização”, traduz o modo de subjetivação estabelecido. Identifica as principais fontes de angústia e gratificação do ser. Enquanto fonte de angústia, elenca os desdobramentos da fragilidade humana, apontando a impotência do ser frente às catástrofes naturais; à percibibilidade do corpo humano, fadado à morte e as dificuldades impostas nas relações estabelecidas com os outros,

sendo esta última a capital. A leitura que o autor faz é a de que o aparelho psicofisiológico do homem não se encontra preparado para a obtenção da felicidade, uma vez que sequer está apto à elaboração de sua condição de existência. Aponta o dinamismo psíquico como responsável por encontrar construções auxiliares e medidas alternativas para lidar com suas frustrações e sob este prisma, assinala que a tarefa mais nobre da civilização fora a de proteger o indivíduo dessas ameaças através da arregimentação de instituições como as religiões; responsáveis pela origem das diretrizes morais para os relacionamentos, pelas exigências de embotamento da satisfação libidinal e agressividade, além de garantir a continuidade da existência no paraíso àqueles que amarem ao seu próximo, reparando a fragilidade e perecibilidade e garantindo a disciplina.

Destarte, a via socialmente aceita para o investimento da energia embotada fora o trabalho, motriz do capitalismo, conduzindo aos progressos científicos, ao conforto, à tecnologia e à globalização.

Nota-se que a proposta de uma civilização ideal, na modernidade, se dá a “duras penas”, acaba por conduzir o sujeito à produção, num primeiro momento, ao consumo, num segundo, e à informação num terceiro; recursos psíquicos acionados com o intuito de compensar às contenções necessárias a manutenção da ordem. No entanto, os processos de sublimação e compensação não são suficientes para dar conta de toda pulsão, aquilo que fica bruto precisa de um destino, o que, frente à configuração subjetiva moderna, culmina muitas vezes no sentimento de culpa. Em termos de economia pulsional, deparamo-nos com um aprisionamento, isto é, quanto mais pulsão, possivelmente mais culpa, quanto mais culpa, maiores as auto-exigências morais; logo, evidencia-se que na mesma medida que aumentam as exigências pulsionais, aumentam as exigências do superego. Assim sendo, a dialética pulsão-culpa vem a ser a origem do sintoma neste período da história (FREUD, 1930/1937 apud COSTA & MOREIRA, 2010).

Fica evidente que neste contexto o modo de subjetivação era inscrito pelo poder do Pai e sua perpetuação no transcorrer da vida assumia formas de instâncias – totêmicas – reguladoras, efetivadas pelas autoridades instituídas e legitimadas culturalmente. Tratava-se do controle externo, exercido pela religião, família, trabalho, pelo Estado e pelo próprio ordenamento

jurídico, ou seja, pela própria lei. Fora exatamente a essa *exorbitância da Lei* que Freud imputou o mal-estar do sujeito moderno (COSTA, D. B. & MOREIRA, J. O., 2010).

Diante do exposto, inicia-se um movimento libertário com o intuito de contestar a ordem legitimada e “solucionar” a angústia e insatisfação provenientes da mesma, evidencia-se pois, a transição e inauguração da contemporaneidade.

De acordo com Hall (2005), essa passagem parte de cinco acontecimentos relevantes, que conduziram a uma mudança de perspectiva e propiciaram a transição.

Estamos nos referindo a eventos que ocorreram na segunda metade do século XX, e que impactaram a sociedade de modo a desconstituir a noção de sujeito cartesiano.

O primeiro deles encontra-se nas obras de Marx, que no final do século XIX, apontava para a condição oposta à noção de essência universal de homem. Com essa perspectiva ele desloca, descentra o sujeito da noção de agência individual. Desconstrói dois princípios que até então reinavam de maneira suprema: a noção de que há uma essência universal no homem; e de que tal essência é um atributo de cada indivíduo singular, concepções que viam no homem o centro do sistema teórico e que tinham como consequência a análise da realidade a partir de uma perspectiva empírico-idealista.

O segundo advento foi a descoberta, por Freud, do inconsciente, e a noção de que nossos desejos, nossa sexualidade e a maneira de perceber o universo circundante são determinados por processos psíquicos e simbólicos desprovidos da noção de controle racional, contrariando a vigência do imperativo: “penso, logo existo” – do sujeito de Descartes. Freud e Lacan demonstram que o eu unificado é resultado de um processo difícil que se dá gradualmente a partir do núcleo do ser de cada criança, mas que vai se desenhando de acordo com as relações estabelecidas com o outro. Tal compreensão impera na sociedade pós-moderna, uma vez que a concepção do universo simbólico embasado nas descobertas de Freud quanto ao inconsciente, é percebida como algo “dado e certo”.

A terceira ruptura remete aos postulados de Saussure, que afirma que não somos autores dos significados e expressões que conjecturamos através da linguagem, uma vez que esta é um sistema intrinsecamente fundido à cultura, trata-se de um fenômeno social e não individual. Saussure evidencia que os significados das palavras não são estáticos, invariáveis, eles acompanham as relações de similaridades e diferenças que as palavras adquirem frente a outras, assumindo ressonâncias diversas; além de não significar apenas a exteriorização de um mundo interior, mas de acionar uma rede de significados já impressa na língua vigente e em nossos sistemas culturais.

A quarta cisão com o pensamento da época foi anunciada por Foucault em uma série de obras onde ele estruturou uma “genealogia do sujeito moderno”. Nestas, faz referência a uma instância reguladora identificada como “poder disciplinar”, movimento erigido sob a regulação e o estabelecimento da vigilância. O objetivo de tal poder é o de manter todas as vertentes do comportamento sob controle, logo, denuncia uma articulada engrenagem direcionada a docilização dos corpos e manutenção do status quo. Foucault descreve o paradoxo de que quanto mais as instituições da modernidade tardia são organizadas e coletivizadas, maior a vigilância, individualização e isolamento do sujeito.

O quinto acontecimento é o movimento feminista que atravessa o pensamento da época tanto como crítica teórica quanto como um movimento social. Trata-se da contestação da cultura dominante que acaba por assumir uma dimensão política intensa e determinante, inaugurando modos de vida e relações sociais inteiramente novos em todos os aspectos da vida cotidiana, isto é: família, trabalho, sexualidade, cuidado com as crianças. Nota-se a politização da subjetividade, da identidade e do processo de identificação, o que se inicia com a contestação de uma dada condição social e culmina na noção de identidades sexuais e de gênero.

A partir destes acontecimentos é possível constatar uma mutação dos valores que imperavam na sociedade moderna. Até então, o representante pulsional estabelecido pelo poder do Pai era o bastante para garantir a ordem, os valores priorizavam o trabalho e a finalidade destes era a acumulação e o controle. A partir deste período, percebe-se a diluição da repressão; a sociedade passa a valorizar a vida pulsional, a espontaneidade,

a dessublimação. Os princípios universais pautados na subordinação da vida pulsional à razão dão lugar ao impulso e ao prazer como afirmadores da vida, descortinando uma sociedade dita “hedonista”. A moral moderna continua existindo, mas não de maneira universalizante (ROUANET, 2000).

Com as mudanças impostas pela nova organização social, Strauss (1949 apud Hall, 2005), postula que o homem de hoje encontra-se confuso quanto ao sentido de sua existência, quanto aos seus desejos e o seu lugar no mundo. Os cinco adventos expostos por Hall (2005), e a conseqüente configuração que o sujeito assume a partir deles, confronta a concepção de sujeito do Iluminismo, pautada na referencia de unidade, de identidade fixa e vai de encontro à descentração, deslocamento da identidade do sujeito, implicando na organização de uma identidade fragmentada, contraditória, inacabada e aberta. Flexível, em construção.

A inauguração deste novo período ocorreu, num primeiro momento, no mundo do vivido. Neste ínterim, a máquina foi substituída pela informação, a indústria pelo shopping center, o contato físico pelo virtual. Evidencia-se a superação do modelo de sociedade do consumo, que pressupõe o investimento libidinal no objeto e conseqüentemente a noção de dentro e fora, balizada na idéia de platéia e cena, no espetáculo e, inicia-se a sociedade obscena, que destitui o interno e externo, findando o oculto, o reprimido, inaugurando a era da total visibilidade. A doença da modernidade era a histeria – expressada na teatralização do sujeito – ou a paranóia; mecanismos de projeção da interioridade do sujeito através de um sistema delirante, “[...] hoje Anna O. não tem mais vida interior para dramatizar como sintoma” (ROUANET, 2000, p. 234).

Liberdade, igualdade e fraternidade fizeram o grito da guerra da modernidade. Liberdade, diversidade e tolerância constituem a fórmula do armistício da pós-modernidade (BAUMAN, 1999, p. 109-110).

Diante desta configuração, Poian (2001), aponta a necessidade de uma nova teoria do sujeito. A mesma autora cita as contribuições da filosofia de Alain Badiou para defender a idéia de que o sujeito de hoje precisa ser refletido enquanto um “processo” e não enquanto “ser”. Sob este prisma, compreende-se que o surgimento do sujeito se dá no vai e vem dos eventos,

acontecimentos e encontros, podendo, neste sentido, ser definido como um processo de fidelidade a estes. Na psicanálise isso se expressa pela força e mudança do desejo no transcorrer da história.

Neste contexto, constata-se também que entender o inconsciente fora do campo cultural tornou-se impossível.

Na sociedade contemporânea, assiste-se ao resultado da predominância da ideologia capitalista, ou seja, um individualismo presente de um modo tão hegemônico que acabou por desagregar laços antes sólidos, estáveis e profundos, condição que imperou durante milênios.

Frente às conseqüências da ideologia capitalista nas relações, Luz (2001), assinala:

Produz-se um esmagamento no tecido social muito sério, que deve ser levado em consideração. Não só destrói redes de sociabilidade antes existentes, como é o caso da família, das comunidades de vizinhança e das relações solidárias coletivas estáveis, como outras também tão estáveis e tão ou mais antigas do que essas: aquelas ligadas à reprodução, à sexualidade e ao amor (in POIAN, 2001, p. 59).

Ao se analisar as relações familiares, constata-se que a família extensa de outrora, concebida como paradigma de uma força divina, ou mesmo do Estado, vai sendo dessacralizada, gradativamente substituída pela família nuclear, isto é, pai, mãe e filhos, quando não, mãe e filho. Tal configuração fez com que se perdessem as relações referentes à família, se instalando outro vazio. Além do que, devido ao movimento individualista que se estabeleceu no social, as uniões passaram a ser facilmente dissolúveis conduzindo a um modelo de relação amorosa baseado no “eterna enquanto dure”, o que culminou em um crescimento dos lares monoparentais, dando origem à família mutilada da atualidade.

A sociedade contemporânea não tem um único centro organizador, uma única lei, ela desarticula a rigidez das identidades do passado e propicia articulações, identidades inusitadas (HALL, 2005).

Paradoxalmente, a travessia contemporânea é marcada pelo estranhamento.

Conforme Herrmann (1983), frente à negativa de grande parte do desejo, quanto mais humanizado, isto é, domesticado e familiar se torna o mundo pelas mãos do homem, mais estranho e “desumano” lhe parece. Deste movimento origina-se um habitat tão concretamente construído, fabricado, que uma crise do real acabou por se desencadear. O homem passou a se deparar com informações vindas do jornal, da televisão, da internet, de maneira tão distante a que encontrava a pouco – empírica – que hoje se pergunta se o que vê é realmente verdade ou uma tentativa de ludibriá-lo. Nota-se que a ruptura com a natureza e a seguinte industrialização excessiva presentes no nosso cotidiano fomentam o êxito completo da construção da “casa do homem”, no entanto, como avesso deste movimento, a loucura do nosso tempo, é exatamente o resultado da maneira pela qual construímos o mundo em que vivemos, embora, incoerentemente, preferamos acreditar que esta encontra-se na sombra da irracionalidade das relações e irrealidade do mundo.

Sob este prisma, a loucura do cotidiano permanecia inexplicável e intratável e foi assim que nasceu a Psicanálise. “Sua missão: apresentar ao homem o absurdo que o constitui e, se possível, ajudá-lo a reconciliar-se com ele, com o absurdo e consigo mesmo” (op cit).

Para Luz (2001), o sujeito de hoje vive sob ameaça constante de esvaziamento, desintegração e clivagem do ego, e frente a esse contexto, o tão mencionado narcisismo contemporâneo, pode ser compreendido como uma proteção e defesa contra as intrusões a que ele é exposto pela ausência de fronteiras entre o universo externo e interno, e ainda, contra a falta de identificações subjetivas, o que culmina na adoção de identidades passageiras como recurso de sobrevivência do Eu (in POIAN, 2001).

Neste sentido, a psicanálise se inscreve num lugar de certa filosofia imanente da existência indo muito além de sua função terapêutica. Trata-se de um segmento ao qual se incumbe à tarefa de preencher os vazios do discurso pós-moderno arregimentado nos novos modos de alienação, direcionados ao gozo e ao consumo.

Frente a essas questões, ética e psicanálise se entrelaçam a partir de duas vertentes: a primeira refere-se à práxis da clínica, que propicia ao sujeito imerso em seu conflito psíquico a produção de respostas éticas

na busca da cura, muito diferente das que fazem uso de recursos medicamentosos; na segunda vertente, enquanto corpo teórico que está inserido em um contexto onde a alienação e liberdade desenraizam o sujeito: o contemporâneo.

Todavia, impõe-se a necessidade de investigar e tentar compreender, quais condições sociais, isto é, práticas de biopoder, dominação, linguagem, logo, o que está instituído, e que tem funcionado como motriz da crise ética atual; bem como, evidenciar que antes de qualquer coisa, “não há uma verdade última que as justifique e sim circunstâncias humanas, de história e de estrutura, que as produziram”, e neste sentido, a psicanálise não se encerra, como pode parecer, em uma teoria do indivíduo, mas sim, em de uma teoria das relações que se instituem entre sujeitos que se percebem individuais (KEHL, 2002).

METODOLOGIA

Para tanto, consideramos a entrevista semi-estruturada individual como um instrumento de coleta de dados viável e adequado a nossa proposta investigativa-metodológica, já que permite mapear as demandas e as interpretações que são dadas pela psicanálise enquanto corpo legitimado e pelo indivíduo enquanto “mínimo eu”, sobre uma possível saída para os dissabores do modo de viver hodierno.

Foram entrevistados 03 psicólogos com referencial psicanalítico, com prática clínica de no mínimo 03 anos. Também entrevistamos 05 indivíduos em processo psicoterápico por (mínimo) 01 ano. Todavia, entendemos que nossa pesquisa parte de um viés qualitativo e permite e visa à inserção em um campo fértil para futuros delineamentos e questionamentos.

Foi utilizado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), de acordo com resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS 196/96. Buscamos resguardar os preceitos éticos necessários ao trabalho, garantindo aos participantes o sigilo, preservando a identidade de nossos colaboradores.

ANÁLISE DE DADOS

Após abordar a transição histórica da sociedade moderna para a contemporânea, bem como a configuração desta a partir da problematização da condição de existência, daremos passagem à segunda etapa da pesquisa – que fora dar voz aos sujeitos mediante questionamentos acerca de três vertentes que atravessam o “sentir” e o “ser”: a percepção da sociedade (contemporânea) pelos que estão nela inscritos, a referência de bem-estar e mal-estar e a questão do desejo.

Com relação aos dados coletados acerca da percepção da sociedade contemporânea, foi possível elencar alguns pontos fundamentais: o cotidiano e as relações sociais, os vínculos familiares e as vivências amorosas.

Com relação à percepção do cotidiano e das relações sociais, desenha-se uma sociedade excessivamente objetiva e imediatista. Os entrevistados também apontam a predominância do individualismo e a conseqüente perda do sentimento de coletividade, além da busca por satisfações momentâneas, assinalando determinada superficialidade no universo do vivido.

“Querem tudo muito rápido e ninguém olha pra si porque olhar para si envolve tempo”.

“Há também dificuldade em se estabelece relações, as pessoas não querem compartilhar, até mesmo porque ter alguém ao seu lado atrapalha as conquistas imediatistas, as pessoas tem preferido ficar sozinhas, elas se isolam”.

Porém, asseguram que as relações familiares e amorosas adquiriram status democrático, configuradas de modo mais flexível e viabilizando mais trocas.

“[...] mãe e pai falam sobre drogas, sexo, levam ao ginecologista, percebo um afrouxamento nas regras, uma maior abertura; antes os pais eram soberanos e hoje se reciclaram, mesmo os pais dos meus pais, com isso a sociedade também evoluiu”.

Frente a tais perspectivas, Costa (2005), defende que o exercício da ação realmente tem destronado o da introspecção, entretanto, de acordo

com o autor, tal realidade é “promissora”, uma vez que derruba formas de subjetivação atreladas ao intimismo romântico, como moralismos sexuais sufocantes, desprezo pelo agir, culto ao sofrimento, redução dos ideais de felicidade antes limitados ao êxtase amoroso-sexual, consumo de drogas e entretenimento massificados, entre outras.

Roudinesco (2003), em sua obra intitulada: “A família em desordem”, assinala que a família continua sendo uma instituição amada, sonhada e desejada por todos, homens, mulheres, crianças de todas as idades, de todas as condições e de todas as orientações sexuais. Apesar de suas novas configurações, suas crises e desgastes, vem tendo sucesso e garantindo a reprodução das gerações. Isso demonstra que os vínculos familiares e o nosso modelo familiar ainda se encontram muito fortes, do contrário, não seriam imitados e adaptados no transcorrer do tempo.

Quanto às questões pertinentes ao bem-estar e mal-estar, esses mesmos sujeitos apontam às relações sociais com aqueles que se identificam e o contato com a família como grande fonte de gratificação. A música, a arte, a prática de esportes, as atividades pertinentes à profissão, o trabalho voluntário, bem como o processo psicoterapêutico; este último, por sua vez, merecendo destaque, uma vez que está presente na fala dos sujeitos da pesquisa, talvez por dizer de “um estar junto sem igual”, como menciona Pontalis (Revista Veja, jan/2013, p. 15-17), no “elogio a verdadeira amizade”.

Dentre as questões que angustiam estão: estar longe das pessoas amadas, o adoecimento, o medo de se decepcionar com o outro, a intolerância com as diferenças, no caso, o desrespeito com o tempo do outro; cobranças sociais sem sentido, que excluem aqueles que não se adequam aos padrões; a morte dos pais e o medo de decepcioná-los. Todos os entrevistados lidam com essas angústias na análise.

Na ordem dos desejos está: conseguir ter qualidade de relacionamento, isto é, estabelecer relações com equilíbrio; dentre essas, houve predomínio da amorosa, entrando também as familiares e sociais. O desejo de casar, constituir uma família e se realizar profissionalmente é compartilhado por grande parte. Frente a tais desejos, todos os sujeitos têm um posicionamento otimista, acreditando serem conquistas possíveis.

A última vertente de análise diz respeito ao sujeito e a psicanálise e neste ínterim, todos afirmaram que o processo psicoterapêutico tem contribuído para o bem-estar, isso se dá através da reflexão, do entendimento, do autoconhecimento:

“A terapia me chamou para a vida”, “me ajudou a olhar para mim”, “eu preciso do outro para me devolver aquilo que é meu e eu não consigo ver”.

Frente ao questionamento quanto às mudanças, relataram perceber maior implicação com a reflexão, com a compreensão de que não tem a obrigação de agradar a todos e serem perfeitos, que as pessoas são diferentes e é preciso haver respeito, auto-estima, autoconfiança.

“[...] me apresentou para o mundo”, “me ampliou”.

As entrevistas com os profissionais que atuam na clínica psicanalítica enfatizaram as mesmas vertentes: ou seja, a sociedade contemporânea, bem-estar e a questão do mal-estar e, a psicanálise na contemporaneidade.

Ao analisar as entrevistas, foi possível identificar alguns pontos principais, dentre eles: a possível influência dos fenômenos sociais na constituição do sujeito, suas conseqüências nos relacionamentos e nas modalidades de sofrimento.

Tais profissionais concebem a sociedade contemporânea de modo fluído, marcada pela velocidade, tecnologia, urgência e instabilidade nas relações, desprendimento afetivo; bem como, pela falta de referência, pelos excessos, a ausência de limites e a baixa tolerância à frustração.

Kehl (2002), explica que o homem contemporâneo, voltado aos ideais ideológicos e revolucionários de felicidade, ou mesmo pelo ideário burguês de bem-estar e comodidade, não sabe mais sofrer, simplesmente desaprendeu.

Frente à vertente bem-estar e mal-estar, as reflexões encontraram na liberdade de expressão, um recurso que beneficia e pode promover equilíbrio na organização social, também vêm nela uma gama de possibilidades

para significar a existência do sujeito de maneira positiva; no entanto, encontram em seu excesso, isto é, na ausência de limites e referências, o grande responsável pelo sofrimento contemporâneo.

“A liberdade fez com que houvesse mais abertura nas relações, diálogo, reflexão, e isso é muito positivo; aliás, através da exposição de idéias que você tem condições de tentar amenizar os aspectos negativos [...]. Mas percebo que estamos oscilando entre os extremos, a liberdade foi conquistada, e agora a crise está em não saber usá-la”.

“[...] vejo a superficialidade e flexibilidade nas relações como uma possibilidade, algo muito positivo [...] o fato das pessoas se relacionarem com mais pessoas, de terem uma rede de amigos, de estabelecerem relações à distância, não é ruim; no entanto, é preciso mediar. Havendo mais relações, há mais gratificação, mas também mais frustração, o que exige mais capacidade interna [...]”.

“Vemos que falta referência para conseguir entender que há relacionamentos superficiais e profundos, para conseguir diferenciar, e com isso as pessoas se decepcionam mais e chegam na clínica muito adoecidas”.

De acordo com Cardoso Jr. (2007), o limite não se inscreve em algo quantitativo, e sim, num espaço que se cria por movimentação qualitativa, nas trocas marcadas por profundidade e proximidade.

Apontam que tal contexto promove o fortalecimento do narcisismo e egocentrismo e a conseqüente dificuldade de estabelecer relações com objetos totais. Além da percepção de dispositivos de bio-poder nesta modalidade de subjetividade.

“Lidamos com a banalização de tudo e ao mesmo tempo, com um tipo de subjetividade que idealiza tudo e não está disposta a lidar com pessoas reais, com relações reais [...]”.

“[...] e socialmente, somos convidados a isso, a sermos imediatistas na busca do prazer, para o consumo até mesmo nas relações. O outro é visto como produto [...]”.

De acordo com Bauman (2008), em uma sociedade marcada pelo consumo, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro se transformar em

mercadoria. O mesmo autor afirma que esta é a maior particularidade da sociedade de consumidores, ainda que cuidadosamente velada e dissimulada. Neste sentido, o humano do objeto é apresentado como inadequação, logo, o natural torna-se inconveniente, assim, a mercadoria imperfeita ou defeituosa é descartada e substituída por uma novinha em folha.

Os caminhos identificados para significar positivamente a existência do sujeito contemporâneo passam pela reflexão, internalização do significado das coisas, isto é, coesão entre os afetos e as ações, expressão afetiva, e principalmente, o resgate dos vínculos, da proximidade, da estabilidade.

Evidencia-se a carência e ao mesmo tempo, necessidade de sentido na ação humana.

“O sujeito não sabe mais o significado das coisas, ele passa pelas coisas sem absorver, é preciso parar e ninguém quer parar, é preciso dar nomes aos sentimentos, aos afetos [...] o sujeito precisa aprender a renomear significados para se aproximar de uma condição egóica mais desenvolvida, para se tornar o dono de sua própria história”.

Segundo Czermark (2001, In: BEZERRA Jr., B.; PLASTINO, C. A.), “só existe o que é nomeável ou pensável; tudo mais é ausência de sentido, fluxo enlouquecido de intensidades”.

“É preciso uma mudança de paradigmas que se arregimente a partir do resgate da troca afetiva, do grupo, do coletivo, da prevenção. A sociedade necessita de convivência, do lúdico, do contato, de proximidade”.

Czermark (2001), elucida que um corpo biológico, simbólico e lingüístico como criação e não como determinação causal se estrutura a partir da relação com outros corpos simultaneamente como causa e efeito, com motivo e meta, contrariamente ao princípio de causalidade empírica, onde o corpo natural é compreendido a partir de leis causais gerais, mesmo que haja princípios e metas, capazes de fenômenos intencionais. A autora afirma que o ser transpessoal não é resultado, mas se atualiza concomitantemente como causa e efeito da relação.

Frente à experiência clínica, procuramos investigar quais as maiores demandas, o que o sujeito busca, onde ele tem encontrado bem estar, o que o gratifica e quais as dificuldades encontradas na realização daquilo que ele deseja.

Evidenciou-se a presença das questões já abordadas, isto é, a dificuldade de nomear afetos, de nexos entre o que se quer, faz e sente; a ausência de limites, os excessos, a idealização e o imediatismo.

“[...] muitas vezes os pacientes aparecem com um ideal de felicidade inatingível, e isso leva a um rebaixamento da auto-estima, ao sentimento de desvalia [...]”.

“Os sujeitos aparecem com quadros de compulsões, vazio, impulsividade, querendo sentido, questionando o porquê e para quê das coisas”.

“[...] com sintomas, principalmente os psicossomáticos, porque o sujeito não da conta dessa rapidez toda e isso acaba refletindo no corpo, encarregado de suportar tudo”.

Segundo Maia (2001, In: BEZERRA Jr., B.; PLASTINO, C. A.), corpo e mente estabelecem conexões complexas desde os primórdios da subjetividade. Essa relação aparece de forma explícita nos casos graves que procuram a clínica, evidente, quando a dor dita corporal surge para aplacar a dor psíquica. Neste sentido, Gil (apud Maia, 2001), assinala que é preciso pensar o corpo como aquele espaço onde se encontram as vísceras, mas também como sede das doenças psicossomáticas.

“Trabalhamos com os excessos, tanto na alimentação, quanto no consumo, em todo o tipo de drogatização e no sexo”.

Quanto às dificuldades, verificou-se a resistência, a perda (no sentido de que a vida implica escolhas), e o individualismo. Os profissionais também associaram o questionamento ao processo psicoterapêutico, e neste contexto, a lentidão surge como uma das questões que implicam dificuldade no processo, uma vez que ela é característica deste e contrasta enormemente com a configuração da sociedade atual.

“A maior dificuldade é a resistência, quando o sujeito começa a perceber que ele é responsável por si, que não é vítima e que tem responsabilidade frente ao que acontece com ele, regride[...], muitas vezes abandona o processo”.

“A dificuldade é a de se tornar diferente, de sair da manada; isso é muito difícil, porque ao mesmo tempo que o sujeito quer avançar ele quer se sentir aceito, preocupa-se com o que vão pensar; a questão é entender que não se pode ter tudo, a vida implica escolhas e isso é difícil[...].”

“A dificuldade está em entender que a mudança de condição interna demanda tempo, que implica lentidão e ninguém quer lentidão nos dias de hoje; outra dificuldade é a de entender que o processo envolve idas e voltas, não é um processo linear; e que é preciso abdicar de algumas coisas, o sujeito quer ter tudo, não quer perder nada e não dá para ter tudo, ter tudo é coisa de bebê, de quem não tem contato com a realidade”.

Cardoso Jr. (2007), aponta que os sintomas surgem de uma disputa de poderes e saberes capazes de dissociar ou reagrupar outros tantos que estavam dissociados até o momento. Neste sentido, um sintoma partilha de uma condição social, funcionando muitas vezes como denúncia ou protesto frente a uma problemática coletiva, não se encerrando em um universo individual e egóico, mas em um ecossistema. O próprio autor ainda assinala:

“Afim, o que é um sintoma, senão o anúncio de que um corpo esta se distanciando daquilo que pode?”.

A terceira vertente, como já citado anteriormente, é a clínica psicanalítica na sociedade contemporânea, e neste íterim, procuramos investigar como os profissionais percebiam a concepção de novas formas de subjetivação e as contribuições da clínica para o sujeito circunscrito neste universo, bem como, as dificuldades que os profissionais encontram no trabalho clínico.

Frente ao questionamento, quanto às novas formas de subjetivação, constatou-se divergência de respostas, mas ficando evidente a mudança de se olhar para os acontecimentos, uma nova perspectiva para os mesmos fenômenos.

“[...] é só tentar classificar os indivíduos (risos). Antes era possível classificar, as coisas eram mais estáticas, os sintomas eram claros, não havia oscilação, hoje oscila tanto que as classificações se tornam impossíveis”.

“[...] acho que são novas formas de se olhar para as mesmas coisas, uma nova leitura dos mesmos fenômenos”.

De acordo com Foucault (apud Mansano, 2009), os modos de subjetivação sofrem as mais variadas modificações no transcorrer da história; e no contemporâneo, resistir, por exemplo, ao individualismo, torna-se uma ação política, uma vez que esta condição tornou-se tão naturalizada que adquiriu status de obrigatoriedade.

Quanto às contribuições da clínica psicanalítica, foi possível constatar que ela é o oposto do que caracteriza o contemporâneo, viabilizando o tempo, o contato, o reconhecimento do sujeito enquanto ser singular, a proximidade, o acesso aos próprios afetos, o sentido.

“A clínica oferece o avesso desse movimento fluido e acelerado que não pára para olhar ninguém, ela permite que o sujeito seja visto e reconhecido enquanto sujeito [...], possa se reposicionar frente a algumas coisas, amadurecer e se desprender desse movimento que aprisiona e captura”.

“A clínica permite que o sujeito consiga absorver a necessidade dele investir nele mesmo, de cuidar de si, de ter mais contato com seus sentimentos, de fazer um viés nesse movimento complicado que ele é convidado a viver. Permite que ele constitua uma condição egóica mais desenvolvida, que ele elabore suas questões e se torne o dono de sua própria história”.

A plausibilidade de preencher o mundo com gente mais afetuosa e o incentivo as pessoas a serem mais afetuosas não faz parte do slogan pintado pela utopia consumista (BAUMAN, 2008).

Frente às dificuldades com as quais os profissionais se deparam no dia-a-dia do trabalho clínico, verificou-se as exigências que a própria área de atuação alude, isto é, dedicação, implicação; bem como a resistência e a cultura, que prioriza o cuidar do corpo em detrimento do cuidado com o psiquismo.

“O trabalho clínico é muito difícil, exige dedicação, reflexão, implicação [...], muita demanda interna para a relação e o envolvimento com o outro, é para poucos. Sem contar que demanda aprimoramento constante, é um olhar para si e para o outro constante”.

“[...] a dificuldade de lidar com a lentidão do processo, de olhar para o sofrimento, de sentir frustração, de parar e pensar sobre as coisas”.

“Numa sociedade principalmente como a brasileira, é complicado, porque as pessoas querem cuidar do externo primeiro, é só perguntar quanto às pessoas gastam por mês no salão e quanto elas gastam na terapia”.

Cardoso Jr. (2007), aponta a clínica enquanto máquina micropolítica que atua em benefício da natureza primordial da vida: a potência criativa. Neste sentido, entende-se por prática clínica, uma política de aproximação do desejo com aquilo que é plausível, isto é, do corpo com sua produtividade real.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A nossa proposta, num primeiro momento, fora problematizar a condição de existência, os modos de subjetivação característicos da contemporaneidade a partir das instituições (sociais) vigentes; as circunstâncias que atravessam o “sentir” e o “ser”, conseqüências dos modos de existência(s) nas vivências individuais e coletivas.

Frente a este contexto, refletimos sobre o lugar da clínica psicanalítica enquanto instância social legitimada, apresentando possíveis reflexões/respostas ao mal estar contemporâneo.

Diante dos resultados, foi possível verificar que tanto os psicólogos atuantes na clínica psicanalítica, quanto os indivíduos em processo terapêutico, percebem a sociedade atual repleta de possibilidades para o bem-estar.

Ao pensar na condição de existência, concluímos que aquela sociedade marcada pela repressão e balizada por valores totêmicos, deu passagem a uma sociedade há maior liberdade de escolhas e expressão. Porém, é possível pensar em uma rede de dispositivos sociais promovendo o desamparo de referenciais humanos em detrimento dos referenciais

consumidores, resultando numa condição de existência onde o ter substitui o ser. Neste contexto, as exigências do sistema capitalista acabam por invadir os sujeitos de modo a impedir sua inscrição social a partir dos dados de realidade, dificultando as trocas afetivas e o estabelecimento de relações com profundidade.

Foi possível constatar, que apesar das mudanças no contexto histórico, os maiores dilemas continuam sendo os mesmos: as relações. As pessoas continuam desejando compartilhar, querendo proximidade, profundidade e intimidade; e a clínica psicanalítica, enquanto dispositivo social que parte do encontro, principalmente do sujeito com ele mesmo, tem viabilizado o libertar das amarras capitalistas e do ideário de bem estar idealizado, inatingível. Os sujeitos em processo terapêutico têm encontrado bem-estar nas relações e conseguido encontrar sentido na vida. Destarte, a psicoterapia tem importância capital, uma vez que propicia ao sujeito, um recorte necessário para um maior contato com a realidade, com seus desejos e consiga se inscrever a partir de uma coerência maior entre estes e suas ações, tornando-se mais fortalecido e adquirindo equilíbrio interno para estabelecer suas relações de maneira harmoniosa e humana.

Neste sentido, trata-se de um dispositivo social e político que viabiliza o contato do sujeito com seus afetos, o investimento em si e naquilo que tem sentido. Instituinto referenciais, antes de qualquer coisa, Éticos, estruturados a partir da sensibilidade e de valores humanos.

Na nossa percepção, a psicanálise, muito longe de desaparecer, talvez esteja prestes a vivenciar um dos momentos mais promissores da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAREMBLITT, G. (1998). *Compendio de Análise Institucional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- BAUMAN, Z. (1999). *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BEZERRA Jr., B.; PLASTINO, C. A. (orgs). (2001). *Corpo, Afeto, Linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

- BLEGER, J. (1998). *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- CARDOSO Jr., H. R. (org.); SANTANA, R. D. (colab.). (2007). *Inconsciente-Multiplicidade: Conceito, problemas e práticas segundo Deleuze e Guattari*. São Paulo: Unesp.
- COSTA, D. B. & MOREIRA, J. O. (2010). *Angústia e declínio da representação: uma leitura psicanalítica do mal-estar na contemporaneidade*. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 225-235.
- COSTA, J. F. (2005). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- FREUD, S. (1996). *O futuro de uma ilusão, o mal estar na civilização e outros trabalhos*. Rio e Janeiro: Imago.
- HALL, S. (2005). *A identidade cultural na pós modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HERRMANN, F. (1983). *O que é Psicanálise*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2001) *Andaimes do Real: o Método da Psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- LOURENÇO, L. C. (2004). Reflexões sobre a violência e o homem contemporâneo. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24 (1), 64-73.
- KEHL, M. R. (2002). *Sobre Ética e Psicanálise*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras.
- MANSANO, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da Unesp*, 8 (2), 110-117.
- POIAN, C. da (org.). (2001). *Formas do Vazio: desafios ao sujeito contemporâneo*. 1. ed. São Paulo: Via Lettera.
- ROUDINESCO, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ROUANET, S. P. (2000). *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VAISBERG, T. M. J. A. (2001). A função social da psicologia clínica na contemporaneidade. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (1), 93-99.